Ato em comemoração aos 68 anos do serviço social da Previdência Social¹.

Bom dia a todos e a todas!

Inicialmente, quero reiterar as saudações feitas por ocasião da abertura deste evento e, se me permitem a deferência, o faço em nome das queridas e admiráveis colegas de profissão, com as quais compartilho esta mesa, **Verônica Santos, Marilea Porfirio e Marilda Iamamoto** – cúmplice do conhecimento, por mim, e da vivência de situações, por elas, que hoje serão reveladas como denúncia de perseguições políticas e usurpação de direitos.

Assim, ao saudá-los/as inicio esta fala, parafraseando Martin Luther King, ao dizer que *“nossas vidas começam a terminar no dia em que permanecemos em silêncio sobre as coisas que importam”*. Hoje é um dia especial para rompermos silêncios e falarmos de coisas que importam.

Comemorar os 68 anos do serviço social da previdência social e fortalecer a luta em sua defesa como um serviço de relevância social e direito do/a trabalhador/a é um dos objetivos deste encontro. Nessa direção, este ato reveste-se do sentido político de comemorar a existência e o alcance social deste serviço e, ao mesmo tempo, de repudiar a criminalização da pobreza e da luta contra o capital e os assassinatos dos pobres e dos lutadores, as perseguições políticas e o assédio moral vividos pelos trabalhadores/as deste país, inclusive por assistentes sociais do INSS. Além disso, o ato tem o sentido de homenagear assistentes sociais com trajetória de luta e resistência em defesa do serviço social.

Dessa forma, a reflexão a que nos propomos é orientada pelas seguintes indagações e afirmação:

¹ Maria Lucia Lopes da Silva. Conselheira do CFESS. Brasília, 21 de abril de 2012.

Em 68 anos de serviço social na previdência social, o que temos, no tempo presente, para comemorar, se neste serviço ressoam consequências de uma conjuntura em que reina a força do capital e os sinais de barbárie que esse reinado anuncia, na qual:

- O fundo público (instrumento de redistribuição da mais valia social) é cada vez menos público e voltado para financiar o capital em detrimento da sustentação das políticas sociais e dos direitos dos trabalhadores/as?

- Os serviços que tem como competência a defesa e ampliação dos direitos sociais estão tendo seu conteúdo esvaziado?

- A luta contra a ordem social capitalista é criminalizada e os lutadores/as são punidos/as e assassinados/as?

- O velho ranço patrimonialista funde-se ao novo gerencialismo autoritário e opressor, voltado para o cumprimento de metas, com ênfase na redução de custos e na produtividade desmedida, como modelo de gestão do trabalho no serviço público, *amadurecido no INSS*, coagindo, adoecendo, sugando as forças e extraindo direitos dos trabalhadores/as?

Confesso que não é fácil identificar, mas ainda existem motivos para comemorações!

SOBRE OS 68 ANOS DE SERVIÇO SOCIAL²

Como tem nos ensinado, lamamoto, nos últimos 30 anos, a partir de sua obra, de 1982, em coautoria com Raul de Carvalho, *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, o Serviço social é reconhecido como uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho na sociedade. Essa inflexão dada por Marilda,

² Este texto foi elaborado baseado, principalmente, nos seguintes trabalhos: SILVA, Maria Lucia Lopes da. Serviço Social no INSS luta para garantir direitos e cidadania. In: *Revista Inscrita ano II nº 5*. CFESS. Dez.1999.p.19-22; SILVA, SILVA, Maria Lucia Lopes da. *Um novo fazer profissional*. In: capacitação em serviço social e política social. Módulo 04. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. CFESS-ABEPSS-CEAD/NED/UnB.2000.p 111-124; BRAGA, Lea; CABRAL, M.S.R. *O serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes*. Cortez/CFESS. 2007.

supõe situar o exercício profissional no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, no marco de uma sociedade de classes. As mudanças contemporâneas provocadas pelo capitalismo, que alteram a divisão social e técnica do trabalho, se traduzem em mudanças nas relações entre o Estado e a sociedade e em formas de organização e gestão do trabalho, que afetam especializações, como o serviço social, nos diferentes espaços em que se realizam.

Nessa perspectiva, o Serviço Social da Previdência Social, que existe desde 1944, possui uma trajetória histórica marcada pelas disputas de interesses na sociedade e funções hegemônicas assumidas pelo Estado brasileiro em cada época que atravessou. Tem o legado de ser um dos pilares da origem e desenvolvimento do serviço social brasileiro, que nasce e se desenvolve nos marcos do pensamento conservador matizado pela doutrina social da Igreja católica, direcionado para “as melhorias individuais” e manutenção da ordem social capitalista e suas estruturas de poder. No contexto do movimento de renovação do serviço social brasileiro, a partir do final dos anos 70, início dos anos 80 do século XX, o serviço social da previdência social também procurou renovar-se. Sustentado pelo movimento em busca de um “*novo pensar* e um *novo fazer* profissional”, em meados da década de 1990, assume de forma hegemônica, uma perspectiva crítica, assentada na teoria social crítica e em princípios e compromissos com valores que norteiam o projeto ético-político do serviço social brasileiro. Assim, transitou da intervenção **doutrinária, burocrática e assistencialista** ao campo do **direito social**, conforme dispõe o artigo 88, da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991:

compete ao Serviço Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los, e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas

que emergirem de sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da Instituição como na dinâmica da sociedade.

Nos últimos 20 anos, as ações, projetos e atividades desenvolvidos por esse serviço voltaram-se para assegurar o **direito**, seja por meio do acesso aos benefícios administrados e serviços ofertados pela Previdência Social ou pela contribuição para a formação de uma consciência cidadã de proteção social ao trabalho que desperte nos cidadãos usuários, sindicatos, entidades de classes e movimentos sociais o interesse de participar da implementação da política previdenciária e de exercer sobre ela maior controle social como uma política de seguridade social.

As principais ações atualmente realizadas por este serviço, seja a **Socialização das informações sobre os direitos sociais, o Fortalecimento do coletivo, a Assessoria às organizações governamentais ou da sociedade civil, ou as atividades vinculadas aos processos de trabalho direcionados para a operacionalização dos benefícios assistenciais e previdenciários da seguridade social**, constituem ações e atividades de natureza técnica, com forte dimensão política. São ações desenvolvidas de forma democrática e horizontal, a partir das demandas apresentadas pelos cidadãos usuários, entidades de classe, sindicatos, associações, movimentos sociais, organizações governamentais por meio das quais o/a assistente social procura tornar transparente aos que demandam seu trabalho, o significado e funções das políticas sociais na sociedade capitalista, os direitos sociais que viabilizam, as vinculações e interdependências existentes entre estes direitos sociais, bem como os meios e condições de acesso a estas políticas sociais no Brasil, com destaque para as políticas de previdência e assistência social. Por meio

destas ações busca-se o fortalecimento dos usuários e de sujeitos políticos da sociedade civil, a partir da análise crítica das situações vivenciadas por eles visando contribuir para que estes se mobilizem coletivamente pelo atendimento de suas demandas e reivindicações e/ou pela melhoria e aperfeiçoamento das políticas sociais. Essas ações, fortalecidas pelos meios/instrumentos de trabalho utilizados pelo assistente social (seu saber profissional, parecer social, avaliação social, pesquisa social, exploração dos recursos da comunidade, entre outros) têm repercutido positivamente na vida dos trabalhadores. Ou seja, o trabalho do assistente social do INSS tem contribuído, sobretudo, ao longo dos últimos 20 anos, para o aperfeiçoamento das políticas sociais, em particular, de previdência e assistência social, de modo a torná-las mais acessíveis e vinculadas às necessidades e interesses dos trabalhadores/as. Este aperfeiçoamento se traduz em resultados expressivos para a sociedade e para o Estado, como temos anunciado ao longo destes anos:

- A diminuição do nível de insatisfação por falta de esclarecimentos devidos;
- A redução das filas presenciais e virtuais e da conseqüente carga emocional por elas provocadas nos usuários;
- A inibição do intermediário possibilitando fortalecer no usuário a iniciativa própria na relação com a Previdência Social;
- A maior participação das organizações da sociedade civil como sindicatos, associações, entidades de classe e outras organizações na implementação da política previdenciária;
- A garantia de acesso aos usuários que, por falta de informações corretas, estariam impedidos de obter os benefícios previstos na legislação;

- A contribuição para formação de uma consciência cidadã de proteção ao trabalho;
- A contribuição no estabelecimento de processos de negociações entre entidades representativas ou grupos de usuários e a Previdência Social;
- O estímulo à organização político-sindical;
- A ampliação do acesso aos benefícios administrados pela previdência social;
- O alargamento de direitos existentes e criação de novos direitos, a exemplo da pensão destinada aos familiares das vítimas da contaminação no processo de hemodiálise em Caruaru;
- Elevação da capacidade de aprofundar o conhecimento sobre a realidade e identificar as demandas dirigidas à instituição;
- Elevação da capacidade de conhecer e mostrar o perfil dos cidadãos usuários desta política;
- O aperfeiçoamento da capacidade de aferir e avaliar os impactos provocados na população pelas mudanças processadas nas políticas sociais, especialmente na política previdenciária, e, assim, subsidiar reformulações institucionais e das políticas sociais que favoreçam aos trabalhadores e suas famílias na relação com a Previdência;
- O fortalecimento da articulação do serviço social com outros serviços no âmbito da previdência social e a consequente ampliação da capacidade de alcance das ações institucionais;
- A contribuição para a agilidade no processamento dos benefícios em função das informações fornecidas aos usuários antes do processo de reconhecimento de direitos aos benefícios;

- Melhoria da imagem institucional decorrente da interlocução hábil e competente do serviço social com os usuários individualmente, com os sindicatos, organizações governamentais e não governamentais, movimentos sociais, entre outros.

Esses resultados são razões para se comemorar os 68 anos de serviço social na previdência social!

Mas, não se chegou a esta situação a partir de ações isoladas dos assistentes sociais da instituição. A permanência deste serviço na previdência resulta de muitas lutas no decorrer dos anos! O serviço social já sofreu inúmeras ameaças de extinção em conjunturas adversas aos interesses dos/as trabalhadores/as. Desde 1997 vimos lutando, reagindo e resistindo às inúmeras tentativas de extinção, as quais se apresentam de formas diferentes em cada contexto histórico.

Ao final da década de 1990, no ápice da mais agressiva contrarreforma da Previdência Social, em que vários direitos dos trabalhadores/as foram extirpados da Constituição Federal por meio da Emenda Constitucional nº 20, aconteceu a mais grave tentativa de extinção do serviço social. Inicialmente, pela proposta da supressão do art. 88 da Lei 8.213/91, por meio da Medida Provisória nº 1.729, em dezembro de 1998, que foi ferrenhamente rejeitada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, após amplo processo de mobilização em defesa deste serviço, coordenado pela Divisão de Serviço Social, com apoio de algumas entidades nacionais, como: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Ensino e pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), entre outras. Em apenas dois

dias, mais de 220 entidades da sociedade civil se manifestaram pela permanência deste serviço na Lei. O segundo momento mais significativo deste luta, foi o decorrido entre a mobilização pela alteração do conteúdo da MP 1729/1998 e o que antecedeu a publicação do Decreto nº 3081, de 10 de junho de 1999, que aprovou a estrutura organizacional do INSS e excluiu a Divisão de Serviço Social do organograma institucional. Nesse período, foram mobilizadas mais de 1.800 organizações da sociedade civil e personalidades políticas, das quais 931 manifestaram-se, por escrito, em defesa do serviço social na INSS³. Assim, a ampla mobilização assegurou uma vitória parcial, a permanência do serviço na Lei, porém com o seu rebaixamento à condição de atividade e sem unidade organizacional para lhe dar sustentação. Essa nova condição impôs prejuízos à qualidade dos serviços ofertados pelo serviço social.⁴

Apesar das limitações os (as) assistentes sociais , lotados (as) no serviço social resistiram e prosseguiram na luta em defesa deste serviço, sempre com o apoio dos usuários por meio de entidades representativas ou individualmente e das entidades da categoria, especialmente do CFESS. Assim, em 2003, a Divisão de Serviço Social foi restabelecida e até 2009⁵ tentou reconstruir a centralidade técnica perdida, com base nas mesmas diretrizes que asseguraram ao serviço social da previdência papel de destaque no compromisso **com a defesa dos direitos sociais** e ampliação das **condições de cidadania** na segunda metade da década de 1990. Tais diretrizes estão expressas na Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social, aprovada e divulgada pelo Ministério da Previdência Social, em

³ Dados contabilizados pela Divisão de Serviço Social, naquela ocasião, sob coordenação de Maria Lucia Lopes da Silva. Cf.: SILVA,1999.

⁴ Para conhecer o detalhamento de todo este processo de luta e resistência cf.:SILVA, 1999.

⁵ Nesse período a Divisão de Serviço Social esteve sob coordenação de Ermelinda da Anunciação de Paula.

1994⁶, nas leis 8.213/1991 e 8.662, de 7 de junho de 1993 e no Código de Ética dos Assistentes sociais , aprovado em 13 de março de 1993.

O processo em favor do aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação da deficiência e do grau de incapacidade das pessoas com deficiência requerentes do bpc **impulsionou e favoreceu a realização de concurso público para assistentes sociais do INSS**, em 2008, possibilitando a ampliação do quadro de profissionais lotados no serviço social. A partir de 2009 foram contratados cerca de 900 novos profissionais sob a justificativa principal de realizarem a avaliação social mencionada. O concurso e as contratações ocorreram após um longo processo de luta, com destacada participação de dirigentes, gestores e técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, órgão gestor da Política Nacional de Assistência Social e das entidades representativas da categoria de assistentes sociais, em especial do conjunto CFESS/CRESS. Parte das conquistas deste período ainda precisam ser materializadas, como o compromisso do governo de contratar mais 450 assistentes sociais , os/as quais aguardam nomeação pelo INSS, prometidas e não cumpridas para março de 2012. Ainda assim, a renovação/ampliação do quadro de assistentes sociais do serviço social do INSS é motivo para comemorarmos os 68 anos do serviço social na previdência! Sem isso, este serviço estaria fadado à extinção por falta de força de trabalho, além do que não teríamos esta plenária tão linda em que Assistentes sociais do INSS de diferentes localidades e gerações se encontram motivados/as pelos mesmos ideais, acredito: a defesa deste serviço nos termos expressos pelo artigo 88 da lei 8213/91 e a luta por uma nova ordem social justa, igualitária e emancipadora. **Este encontro,**

⁶ Neste período a Divisão de Serviço Social estava sob coordenação de Vitória Góis.

com estas motivações é também um valioso motivo para se comemorar os 68 anos de serviço social na previdência!

Com a Divisão de Serviço Social assumindo a coordenação técnica nacional, com Responsáveis Técnicos nas cem Gerências-Executivas, com Representantes Técnicas nas cinco Superintendências Regionais do INSS e com a força de trabalho relativamente recomposta, o serviço social da Previdência Social reuniu novas condições para ser rearticulado e expandir seu alcance social, por meio de ações e atividades técnicas orientadas para a defesa e ampliação dos direitos dos usuários. Todavia, novas tentativas de desmantelamento deste serviço começam a dar sinais, ainda em 2009, com as diversas investidas da direção do INSS direcionadas para burocratizar este serviço, atribuindo-lhe atividades não compatíveis com o que determina a Lei 8.213/1993, como a habilitação de benefícios, considerada desvio de função, nos termos do parecer Jurídico nº 12 de 2010, de autoria da Assessora jurídica do CFESS. Ou ainda, mediante o esvaziamento da função técnica da Divisão de Serviço Social e pulverização das atividades dos profissionais lotados no serviço social que são chamados a atuarem na Reabilitação Profissional (RP), no Programa de Educação Previdenciária (PEP), no Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Trabalhador (SIASS), na área de Recursos Humanos (RH), entre outros serviços e atividades, colocando em risco a priorização das ações típicas e essenciais do serviço social, conforme descritas anteriormente. Aqui, há que se registrar que somos absolutamente favoráveis a ampliação dos campos de atuação profissional do Assistente Social, no âmbito da instituição, mas não em detrimento deste serviço já comprovadamente referendado pela sociedade brasileira. Nossa luta é pela preservação do serviço social, com as características e competência

descritas, anteriormente, ao mesmo tempo em que reconhecemos a importância e defendemos os demais serviços em que os/as assistentes sociais atuam no INSS. O serviço social é um serviço público e como tal, um direito conquistado pelos trabalhadores/as deste país! Nossa defesa é que a sociedade continue usufruindo os benefícios deste serviço previdenciário e que o mesmo torne-se cada dia mais útil e qualificado. Para tanto, é preciso que as políticas de seguridade social avancem para a universalidade e esse modelo gerencial autoritário, que combina o gerencialismo neoliberal, com traços do patrimonialismo conservador, hegemônico no INSS, seja superado e suas medidas controladoras e redutoras de direitos sejam revistas.

É preciso destacar também, que ainda não há na instituição inteira adequação das condições éticas e técnicas para o exercício profissional às exigências normativas estabelecidas pelo CFESS, por meio da Resolução CFESS nº 493, de 21 de agosto de 2006 , ou seja, ainda faltam salas apropriadas para que todos/as os/as assistentes sociais do INSS possam desenvolver um trabalho qualificado em que o sigilo profissional seja amplamente assegurado; faltam transportes para os deslocamentos necessários no desenvolvimento das atividades; faltam equipamentos acessíveis aos profissionais com deficiências, entre outros. Além disso, são inúmeras as situações de constrangimentos, exposições, perseguições políticas e assédio moral vividos por esses profissionais, a exemplo do que tem ocorrido com vários/as trabalhadores/as brasileiros/as, nesta conjunta avessa aos/as trabalhadores/as. Isso precisa ser denunciado: no âmbito do chamado “Estado Democrático de Direitos”, somos perseguidos e punidos por lutarmos por direitos e mais democracia. Foi por tudo isso, que criamos o ***Movimento Nacional em Defesa do Serviço***

Social do INSS , em 2011, desencadeado a partir de articulações entre alguns assistentes sociais de diferentes localidades, citados na mensagem eletrônica, produzida por mim e enviada para vários de vocês, no sábado, 13 de agosto de 2011, às 20h36, de meu e-mail particular para os e-mails particulares dos destinatários. Esse mensagem, como sabem, chegou até a Diretoria do INSS e serviu como desculpas para que eu fosse colocada à disposição do serviço de recursos humanos do INSS/DC e, atualmente, é objeto de sindicância investigativa, com o propósito de me intimidar. **O que não irão conseguir! Não entrei, nem sairei da luta em defesa da vida com dignidade, dos direitos humanos e contra a exploração, a opressão e alienação capitalistas por determinação dos dirigentes do INSS. Participo desta luta e continuarei nela por livre e espontânea vontade, movida pelo compromisso com uma ordem social libertária.** Sei que esta é também a posição de muitos/as outros/as companheiros e companheiras que estão sendo perseguidos/as pelo Brasil a fora, por reforçar este movimento e criar a resistência nos estados. A título de exemplo, podemos citar a companheira **Crizeuda Freire, do Ceará**, que foi exonerada da função de Responsável Técnica, sem ser previamente comunicada. Ainda que **Crizeuda** já tivesse anunciado que desejava deixar o cargo, para ser ocupado por outra assistente social, democraticamente escolhida por seus pares, essa atitude foi arbitrária e desrespeitosa. Podemos citar também a companheira **Jossuleide**, do Ceará, Diretora da FENASPS, contra a qual está tramitando um processo de remanejamento de local de lotação sem que ela tivesse tido o direito de se manifestar. **Apesar disso, ambas estão aqui, presentes na luta!**

O Movimento em defesa do serviço social é apoiado pelo CFESS e pela FENASPS e conclamou os (as) assistentes sociais e a todos (as) os

cidadãos/ãs que reconhecem este serviço como um direito do/a trabalhador/a brasileiro/a a fortalecê-lo. O blog criado para dar suporte a este movimento, lançado na plenária da FENASPS realizada em 05 de novembro de 2011, produzido com o apoio técnico e compromisso político de vários companheiros(as), especialmente de nossa blogueira oficial, **Margarida Albano, do Pará**, que finalmente pode ser apresentada para todo/as nós, **Margarida**, por favor... O blog, hoje pela manhã, já registrava mais de 5.600 visualizações e possibilitou que fossem coletadas mais de 2000 assinaturas no abaixo-assinado em defesa do serviço social do INSS. **Isso também é motivo para se comemorar os 68 anos de serviço social na previdência social!**

A luta em defesa deste serviço, especialmente, nas últimas duas décadas tem sido intensa e exigente.

Nesta conjuntura de barbárie marcada pelo aprofundamento da crise mundial do capital, percebe-se, por um lado, a tendência à *naturalização* do desemprego; as relações de trabalho presididas pela violência; os direitos trabalhista em regressão; a persistência do trabalho escravo e relações de trabalho clandestinas; o direcionamento do fundo público, principalmente para financiar o capital e ações de seu interesse, a exemplo dos recursos remanejados para salvar os bancos, na crise de 2008/2009, e dos imensos investimentos para construção e reformas de estádios e outros espaços esportivos para assegurar a realização dos mega-eventos, copa de 2014 e olimpíadas de 2016, estruturados para atrair novos e grandes investimentos estrangeiros no país e para ampliar acumulação do capital nacional e não para favorecer o desenvolvimento da cultural, do esporte e do lazer no país. Por outro lado, as políticas sociais são fragilizadas, as condições e relações de trabalho são cada vez

mais precarizadas e os indivíduos sociais são responsabilizados pela sua própria proteção. Com vistas a manter a capacidade de consumo e a estrutura de poder constituída, os programas assistencialistas, sob os auspícios e controle da área econômica, ganham proporções gigantescas, mudando apenas o rótulo de apresentação social de um para outro governo: De “Bolsa Família” para “Brasil sem Miséria”, mas o conteúdo e as finalidades são os mesmos.

Seguindo a mesma lógica, de “*políticas pobres para pobres*” e, para mascarar a precarização exorbitante do trabalho e a gigantesca explosão da informalidade, foi criado o Programa “Microempreendedor” que institui uma previdência social diferenciada para os mais pobres, que possuem menor capacidade contributiva e nega a condição de trabalhador desse contribuinte, ou seja, institui-se um *seguro social pobre para pobres*, que imprime alguma facilidade ao acesso à previdência social pelas camadas de mais baixa renda, mas restringe-se direitos, inclusive o direito de aposentadoria por tempo de contribuição. Com isso, o princípio da equidade de participação no custeio da seguridade social é fortemente lesado. Essa é mais uma expressão da dilapidação permanente do significado de seguridade social previsto na Constituição Federal.

Neste contexto, marcado pela imperante prevalência da ideologia neoliberal, institui-se um Estado frágil no atendimento às necessidades dos trabalhadores e omissos na defesa de seus direitos, porém forte e profundamente intervencionista para fazer valer os interesses do capital.

A criminalização da pobreza associa-se a um verdadeiro *genocídio dos pobres*, da mesma forma que a criminalização da luta contra o capital é a outra face da moeda dos assassinatos dos lutadores. Exemplos disso,

são os dados e situações referentes à população em situação de rua e dos trabalhadores rurais que lutam pela reforma agrária em seu sentido pleno.

Em relação à população em situação de rua, os crimes horrendos ocorridos, recentemente, em Brasília e em outras partes do Brasil (Mato Grosso do Sul, Recife, Porto Alegre, Espírito Santo, para citar alguns), em que seres humanos foram incendiados vivos, são apenas alguns sinais da violência brutal e da intolerância ao diferente, que assola o país. Os dados compilados pelo *Fórum de defesa dos direitos da população em situação de rua do Distrito Federal*, apontam que nos últimos seis meses, de outubro de 2011 a março de 2012, foram noticiado pela mídia brasileira o assassinato de 265 pessoas em situação de rua, das mais diferentes formas, seja a tiros, apedrejados ou envenenados. O mais grave, porém, é a imperante impunidade dos culpados por estes crimes horrendos e a certeza de que as tentativas de extermínio deste grupo populacional não se revelam apenas a bala e fogo, como exemplificado. O abandono à fome, a exposição ao frio, ao calor, às chuvas e às enchentes, ao uso de álcool e outras drogas, como estratégia de sobrevivência, são formas de provocar a morte lenta e silenciosa dessas pessoas, como algo “natural”. Da mesma forma, também são indícios desse *genocídio* o não acesso aos serviços públicos voltados para atender às necessidades básicas de locomoção, saúde, alimentação, abrigo, segurança à integridade física, educação, lazer, trabalho, renda e conforto; a exposição às constantes violações de direitos, a exposição à intolerância e ao preconceito que conduzem aos crimes de ódio, favorecidos pela política de segurança pública direcionada para proteger o mercado e a mercadoria e não a vida e as pessoas. Ou seja, a omissão do Estado contribui para que esse

genocídio avance a passos largos, como um processo natural e não provocado.

Situação parecida está ocorrendo com os indígenas, que estão sendo assassinados pelo não acesso satisfatório às políticas sociais ou a mando dos madeireiros e latifundiários que disputam cada espaço de terra ocupados por esses povos, acobertado pela omissão do Estado.

A criminalização dos movimentos sociais ganha proporções relevantes, seja na área urbana ou rural.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) denuncia em seu portal que entre 2002 e 2010 foram assassinados 347 pessoas no campo. Grande parte era liderança dos movimentos pela reforma agrária, pelo direito à terra e às condições para torná-la produtiva. Somente no Pará, na última década, foram registrados 219 assassinatos. Apenas 37 geraram inquéritos e 4 condenações⁷.

Nos grandes centros urbanos, presenciamos as perseguições aos professores da rede estadual e/ou municipal que lutavam por seus direitos, a exemplo do ocorrido em 2011, no Espírito Santo, em Minas Gerais, no Ceará e está acontecendo em Brasília, onde os professores estão em greve há mais de 30 dias, sob constante pressão psicológica e ideológica comandadas pelo governo do Distrito Federal. Outro exemplo, foram as perseguições aos bombeiros no Rio de Janeiro e de outros estados, em 2011. Todas estas perseguições revelaram fortes cenas do controle do capital sobre o trabalho, com a conivência do Estado.

Mas, nos grandes centros urbanos, a situação não para por aí. A especulação imobiliária tem provocado despejos de comunidades inteiras, como ocorreu em Pinheirinhos, em São Paulo, ou tem provocado a

⁷ www.mst.org.br acessado em 20 de abril de 2012.

expulsão violenta de pessoas que ocupam a área de grande valor comercial, como ocorreu com as pessoas que ocupavam a Estação da Luz, pejorativamente chamada “Crackolândia”, em São Paulo (2012). Nesse caso, em nome de uma pretensa política de combate ao *crack*, que pune os usuários e acoberta os traficantes, presenciou-se cenas chocantes de multidões perambulando pelas ruas sob escolta policial.

Esses são apenas alguns exemplos das centenas de crimes e violações aos direitos humanos que tem ocorrido diariamente no Brasil e exige de nós estado de alerta permanente em defesa da vida. Os trabalhadores/as estão sendo assassinados/as porque lutam contra a maior de todas as violações: aquela que atenta contra a vida com o fim de garantir o lucro!

Neste contexto de exploração e opressão acentuadas, presencia-se o avanço do conservadorismo, que conduz aos crimes de ódio, que fortalece os movimento contra a descriminalização do aborto e que reforça as constantes ameaças à liberdade de expressão do pensamento e a outras situações que evidenciam à intolerância ao diferente, quando esse diferente ameaça a ordem social e a estrutura de poder vigente.

Este contexto de violência desmedida mobilizou a gestão atual do CFESS, “Tempo de luta e resistência”, a adotar como centro de sua campanha o combate a todas as formas de violência.

É um cenário que nos fazer compreender, por um lado, **que não apenas os assistentes sociais do INSS estão vivendo situações de perseguições políticas, assédio moral exploração e opressão**, mas o conjunto dos trabalhadores desse país. Por isso, urge que denunciemos em todos os lugares esses sinais de barbárie e darwinismo social, ao mesmo tempo que canalizemos nossas forças para construir uma reação

organizada e unificada dos trabalhadores/as, por meios de suas entidades representativas e dos movimentos sociais que constroem, em defesa da liberdade como valor ético central, da democracia como a socialização da participação política, da cultura e da riqueza produzida, da justiça social e dos direitos humanos como uma estratégia na direção de uma ordem social emancipatória, em que todos e cada um dos indivíduos sociais tenham suas necessidades materiais atendidas e condições para o seu pleno desenvolvimento, com o florescimento das diferenças. Ou como disse Rosa Luxemburgo, que lutemos “por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”. Isso exige de nós, **teimosia cotidiana na recusa do arbítrio e todos os tipos de autoritarismo**, seja nos espaços de militância política, do exercício profissional ou quaisquer outras dimensões da vida. Isso implica, inclusive, defender o serviço social da previdência social como um direito do trabalhador, denunciar as tentativas de seu desmantelamento e esvaziamento de seu conteúdo e buscar articulação com outros sujeitos políticos pela sua preservação e ampliação das condições para sua viabilização. Implica também desenvolver o trabalho profissional no âmbito do serviço social do INSS de modo a reconhecer e lutar pela ampliação da autonomia, reforçando princípios e práticas democráticas e construindo resistência ao seu oposto, ainda que isso pareça impossível, em dadas ocasiões. Pois, como disse Bertold Brecht, “as revoluções se produzem nos becos sem saída”.

Por outro lado, esse cenário em que as contradições se acentuam ao mesmo tempo em que *coexistem temporalidades históricas desiguais*, no dizer de Florestan Fernandes, nos remete a história recente da vida social no Brasil, em que, sob os auspícios da ditadura, o capital floresceu e se

fortaleceu no Brasil ancorado na exploração dos/as trabalhadores/as e no cerceamento das liberdades individuais e coletiva. Foi nos porões da ditadura militar e dos horrores, sem precedentes, vividos pelos trabalhadores/as, que a resistência se gestou, irradiando-se pela sociedade brasileira **dando vida à luta dos setores democráticos contra a ditadura militar e pelo restabelecimento e consolidação das liberdades políticas e alargamento dos direitos sociais.**

Foi entre os assistentes sociais da previdência social que viveram as arbitrariedades da ditadura militar e que conseguiram resistir e prosseguir, inclusive iluminando a formação e o exercício profissional dos assistentes sociais do Brasil, que **fomos buscar nossas homenageadas pelos 68 anos de serviço social na previdência social. São elas: Verônica Santos Freitas, Marilea Venâncio Porfirio e Marilda Villela Iamamoto.**

Esta homenagem é ao mesmo tempo **personalizada** e **simbólica**. Personalizada pelas marcas individualizadas e também pelo mérito de cada uma das três companheiras, ao fazer brotar desse impossível chão, uma flor. Simbólica porque, com ela, queremos homenagear a todos/as lutadores/as de nosso país que sofreram os arbítrios da ditadura militar e todos/as os/as lutadores/as assistentes sociais da previdência social que no curso destes 68 anos sofreram torturas, prisões, perseguições políticas, assédio moral no trabalho, todo e qualquer tipo de ato violento que lhe tenha imputado prejuízos de qualquer natureza.

Nosso propósito primeiro com esta homenagem é contribuir para que o **silêncio seja rompido**, sob a forma de denúncia pública dos atos violentos e arbitrários sofridos no passado por estas três companheiras, de forma que nos tornemos **solidários** na luta pela apuração dos fatos e prática da justiça mediante o reconhecimento da responsabilidade pública

do Estado e indenização a todas elas pelos prejuízos materiais que lhe foram causados, já que as marcas e sofrimentos que ficaram em suas vidas não podem ser eliminadas e ressarcidas, como diz **lamamoto**, em depoimento escrito apresentado ao coordenador da Comissão Especial de Indenização aos torturados.

Nosso segundo propósito ao denunciar os fatos ocorridos no passado nas vidas destas três companheiras é iluminar nosso presente e seus desdobramentos no futuro, na reafirmação permanente da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a elas inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. É denunciar para não se esquecer e lutar para nunca mais acontecer!

Assim, denunciemos, com base em informações fornecidas, que:

Verônica Santos freitas – assistente social, de Minas Gerais, em maio de 1970 foi admitida por concurso público como “bolsista estagiária” lotada na Divisão de Bem - Estar Social no Serviço de Assistência ao Menor Excepcional – SAMEX. E, em dezembro de 1971 foi detida pelo DOPS - MG, tendo permanecida presa até fevereiro de 1972. Ao ser libertada, seu retorno ao trabalho foi negado por estar enquadrada na Lei de Segurança Nacional, tendo assim, sido demitida por razões exclusivamente política. Registra-se que os bolsistas estagiários do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) foram todos incorporados ao quadro de pessoal do Instituto como empregado sob regime celetista, a contar do início de suas atividades.

Após 36 anos de luta, reclamando na esfera administrativa e judicial, os direitos que lhe foram usurpados, em 2008, por meio de Ação Transitada em Julgado foi-lhe concedido o benefício da Anistia e determinado ao INSS sua reintegração ao Serviço Público, observando

todas as promoções e vantagens previstas na Lei 8.112/90, e nos art. 28 e art. 8º, parágrafo 1º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), pagamento de remunerações atrasadas, a partir da data do processo, com juros e correção monetária, férias- prêmio e aposentadoria.

Em janeiro de 2009 foi reintegrada ao INSS, com lotação na GEXBHZ, Divisão de Benefícios, Serviço de Saúde do Trabalhador, na Unidade Técnica de Reabilitação Profissional, no cargo de Assistente Social, Classe “S”, Padrão IV, Matrícula 1669542, conforme Ato de reintegração. Porém, a única vantagem **efetivada das previstas na sentença judicial foi férias regulamentares**. Diante disso, homenageamos Verônica pela resistência, pela vitória e implementação parcial de seus direitos e, **a partir deste momento, nos solidarizamos a ela na luta pelo fim da perseguição continuada, ora** realizada pelo **Estado** personificado na Procuradoria Geral do INSS, ao NÃO cumprir na íntegra a sentença judicial, negando-lhe gozo de todos os direitos reconquistados como cidadã e profissional.

Assim, ao homenageá-la expressamos nosso repúdio a direção do INSS e exigimos desse órgão o direito a sua aposentadoria, já que a mesma atende aos requisitos previstos legalmente, pois, como diz ela, “tem mais de 60 anos de idade e 42 anos de serviço público federal”.

Verônica você hoje nos ensina o valor da afirmação de Ernesto Che Guevara, “Sonha e serás livre de espírito...luta e serás livre na vida” . Essa sua luta pela liberdade das amarras da ditadura militar, a partir de hoje também é nossa!

Marilea Venâncio Porfirio – assistente social de Minas Gerais, em 27 de fevereiro de 1970, fez concurso para o Instituto Nacional da Previdência Social – INPS, em Belo Horizonte, MG, e em 26 de maio de 1970, iniciou o trabalho como assistente social no Hospital Júlia Kubitscheck, Bairro

Barreiro de Cima, Cidade Industrial, Belo Horizonte.

Em 02 de dezembro de 1971, foi arbitrariamente presa, tendo ficado incomunicável até 02 de janeiro de 1972, sofrendo neste período todo tipo de sevícias, tortura física e psicológica.

Em 04 de fevereiro de 1972 foi libertada e neste mesmo mês apresentou-se ao Hospital Júlia Kubitscheck quando foi comunicada que não mais poderia retomar às suas atividades já que tinha se ausentado por mais de 15 dias ao serviço, sem justificativa, a partir do que foi demitida, por justa causa, por abono de serviço. Registra-se que o INPS era sabedor da prisão da servidora, por haver solicitado informações ao Ministério do Exército e este ter confirmado que a mesma estava presa no período citado, ainda assim, o INPS processou a demissão sumária nos termos mencionado.

A demissão por justa causa, por motivos políticos causou-lhe prejuízos, que afetaram sua vida em todas as dimensões. Do ponto de vista profissional, na relação com o INPS, perdeu:

- 1- O direito de usufruir da prorrogação de seu contrato, por mais um ano, concedido em 28 de janeiro de 1972, a todos os concursados a partir de 1970;
- 2- O direito e a possibilidade de permanecer no campo de trabalho de trabalho, conquistado por concurso público, e de livre escolha;
- 3- O direito de ser incorporada no quadro de pessoal do INPS, como empregada sob o regime de CLT, em 1973, retroativo à data de sua admissão.

Marilea ressalta que embora tenha percorrido e sido bem-sucedida em outros espaços profissionais, indubitalmente teria escolhido permanecer na previdência social.

Como agravante da situação, em 1973, em julgamento na Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, em Juiz de Fora, Minas Gerais, após denúncia como incurso na Lei de Segurança Nacional foi julgada e condenada a 6 (seis) meses de reclusão, a sentença foi cumprida, em Juiz de Fora, no Colégio Santa Catarina.

No processo de luta pelo restabelecimento de seus direitos perdidos, utilizou-se de recursos administrativos e judiciais, desde 1972, tendo sido todos negados. Atualmente tramita ação ordinária, impetrada em 1997, contra o INSS E UNIÃO requerendo “o direito de ter restaurado, plenamente, a situação de servidora pública, restabelecendo-se os efeitos normais do desenvolvimento de uma carreira abruptamente interrompida, por meio arbitrário e exclusivamente político”. A decisão processual é permanente protelada em decorrência dos inúmeros recursos e alegações do INSS.

Mariléa desde 1991 pertence ao quadro de pessoal da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como professora da Escola de Serviço Social, hoje Diretora do NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLITICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS SUELY SOUZA DE ALMEIDA.

Mariléa, ao homenageá-la, agradecemos-lhe por iluminar nosso presente com sua teimosia e bravura ao longo destes anos, em defesa da liberdade e da radicalização da democracia. Agradecemos-lhe também pela contribuição que tem dado ao serviço social brasileiro, participando da formação profissional de assistentes sociais de várias gerações. Ao

mesmo tempo, nos solidarizamos a você na luta pelo pleno restabelecimento de seus direitos como cidadã e profissional e exigimos do Estado brasileiro, que por meio do INSS, a indenize pelos danos causados, assegurando-lhe todos os direitos reclamados.

De nosso lado, queremos homenageá-la, reconhecendo-a como assistente social do quadro de pessoal do INSS, assumindo sua luta como nossa, parafraseando Ivan Lins:

No novo tempo, apesar dos castigos

Estamos em cena, estamos nas ruas, quebrando as algemas

Pra nos socorrer, pra nos socorrer... (Ivan Lins)

Marilda Villela Iamamoto – assistente social, de Minas Gerais foi admitida no dia 17 de março do ano de 1971 no antigo Instituto Nacional da Previdência Social – INPS, para prestar serviço como Assistente Social, aprovada em concurso público para bolsa de estudos da referida função, pelo prazo de dois anos. Foi lotada no Grupo de Reabilitação da Coordenação de Bem Estar, no Serviço de Assistência ao Menor Excepcional – SAMEX.

Em 02 de dezembro de 1971, foi arbitrariamente sequestrada e presa pelos órgãos da repressão da época, sob a “acusação” de participar de, **movimentos subversivos** tendo ficado **incomunicável por vários dias**, e **permanecendo presa durante dois meses e dois dias**, sofrendo todo tipo de sevícias, tortura física e psicológica , tendo sido libertada em 04 de fevereiro de 1972.

Ao retornar dias depois, a assistente social, ainda com sinais de torturas sofridas, foi informada de que não poderia retomar suas atividades, já que sua bolsa havia sido cancelada por ter faltado mais de

15 dias ao serviço. Assim, foi demitida sumária e arbitrariamente, por “justa causa”, por “abandono” do trabalho.

Como agravante da situação, Marilda Lamamoto foi denunciada como incurso na Lei de Segurança Nacional. A denúncia foi recebida e acatada pelo Juiz Auditor da 4ª Circunscrição Judiciária Militar de Juiz de Fora/MG e Marilda foi presa, permanecendo nessa condição, por três meses e 25 dias, no período entre 22 de março a 17 de julho de 1973.

A demissão por justa causa, por motivos exclusivamente políticos causou-lhe prejuízos, que afetaram sua vida em todas as dimensões, alguns destes prejuízos são absolutamente irrecuperáveis. Do ponto de vista profissional, na relação com o INPS, perdeu:

- 1- O direito de usufruir da prorrogação de seu contrato, por mais um ano, concedido em 28 de janeiro de 1972, a todos os concursados a partir de 1970;
- 2- O direito e a possibilidade de permanecer no campo de trabalho de trabalho, conquistado por concurso público, e de livre escolha;
- 3- O direito de ser incorporada no quadro de pessoal do INPS, como empregada sob o regime de CLT, em 1973, retroativo à data de sua admissão, como ocorreu com os demais profissionais bolsistas, que à época encontravam-se em condição similar.

Por ter sido anistiada pela Constituição da República de 05 de outubro de 1998, conforme determina o Artigo 8º. do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Marilda peticionou ao Instituto Nacional de Seguro Social, em 08 de fevereiro de 1995, exigindo a reintegração ao quadro de funcionários do INSS, com todos os direitos a

que faria jus. Porém, o INSS entendeu que ela não era beneficiária da Anistia Constitucional e indeferiu o pedido.

Não se conformando com a decisão ajuizou ação ordinária contra a União Federal e o INSS, para fazer valer os direitos de anistiada, em 24 de outubro de 1997.

Essa ação, em tramitação, no momento, conclusa para sentença, versa sobre o direito de ter restaurada, plenamente, a sua situação de servidora pública, restabelecendo-se os efeitos normais do desenvolvimento de uma carreira arbitrariamente interrompida, por ato arbitrário, em seu início. O que implica REPARAÇÃO ECONÔMICA, DE CARÁTER INDENIZATÓRIO, EM PRESTAÇÃO MENSAL, PERMANENTE E CONTINUADA, devidamente composta e reajustada como se estivesse em pleno exercício de suas funções e em pleno desenvolvimento da carreira profissional no âmbito do INSS. Solicita, também, que lhe sejam outorgados os benefícios indiretos mantidos pelo extinto INPS e atual INSS, ou pelas entidades constituídas por um e por outro, inclusive planos de seguros, de assistência médica, odontológica, e hospitalar, bem como de financiamento Habitacional.

Ressalta-se que em meados da década de 2000 o Poder Público do Estado de Minas Gerais reconheceu o seu direito de ser indenizada pelas atrocidades que sofreu por parte da Ditadura, confirmando assim, que a mesma faz jus a anistia prevista no artigo 8o. do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, haja visto que fora atingida por motivação **exclusivamente política**, tendo perdido o seu cargo na Administração Pública Indireta em razão de prisões arbitrárias, pressões ostensivas e perseguições.

Em janeiro de 2002, Marilda requereu ao Ministério da Justiça o direito de ser declarada anistiada política e que fosse determinado a reparação econômica de caráter indenizatório, nos termos já mencionados anteriormente e constante da ação judicial contra o INSS. Em decorrência do pedido, **Marilda foi anistiada como Assistente Social do INSS.**

Marilda querida, ao homenagea-la, neste momento, o fazemos com profunda emoção, dada a demonstração de força e capacidade de luta e resistência que a sua trajetória profissional nos revela.

Sua capacidade intelectual, seu compromisso com liberdade como valor ético central e com a construção de uma nova ordem social sem exploração, opressão e alienação em que os indivíduos sociais possam desenvolver-se plenamente não ficaram nos porões da ditadura. Foram direcionados para “o belo, para justo e para o melhor do mundo”, como diria Olga Benário Prestes. Foram direcionados para fazer do serviço social brasileiro uma alavanca na defesa dos direitos humanos como luta estratégica na direção de um novo mundo. Um mundo, em que reine plenamente a liberdade e a democracia nos sentidos já aludidos nesta fala, um mundo em que a emancipação humana se concretize.

Ao homenagea-la, queremos dizer que o mínimo que, nós assistentes sociais do INSS e do Brasil podemos fazer **é assumir essa luta que vem sendo conduzida de modo solitário, como nossa!** A partir deste momento, nós exigimos, que o Estado Brasileiro, por meio do INSS, cumpra o seu dever público de restaurar plenamente os seus direitos usurpados, com todos os componentes reivindicados.

Esperamos que a sua capacidade de **fazer de um chão impossível nascer uma flor,** seja uma lição aprendida por todos nós, na luta “pelo justo, pelo belo e pelo melhor do mundo”, na luta por uma sociedade livre da exploração e de todos os tipos de opressão. Assim, como não há palavras, poemas ou canções que possam expressar plenamente nossa admiração, nossa solidariedade e reconhecimento de tudo que você merece, por tudo que fez e faz pelo serviço social do Brasil e do mundo, queremos cantar para você, **sonho impossível,** como forma de revelar

nosso reconhecimento de sua capacidade de transformar **o impossível no possível, de fazer nascer desse impossível chão uma flor: você!**

Sonho Impossível

Maria Bethânia

Sonhar mais um sonho impossível

Lutar quando é fácil ceder

Vencer o inimigo invencível

Negar quando a regra é vender

Sofrer a tortura implacável

Romper a incabível prisão

Voar num limite improvável

Tocar o inacessível chão

Tocar o inacessível chão

É minha lei, é minha questão

Virar este mundo, cravar este chão

Não me importa saber

Se é terrível demais

Quantas guerras terei que vencer

Por um pouco de paz

E amanhã se este chão que eu beijei

For meu leito e perdão

Vou saber que valeu

Delirar e morrer de paixão

E assim, seja lá como for

Vai ter fim a infinita aflição

E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão.

Quero encerrar esta fala, parafraseando Leon Trotsky, ao dizer: “ A vida é bela. Que as futuras gerações a livrem de todo mal e opressão, e possam desfrutá-la em toda sua plenitude”.

Façamos, nós, a partir de agora nossa parte!

Muito obrigada.